

APOSENTADOS E PENSIONISTAS DEBATEM PETROS, PPSP E AMS EM ENCONTROS DO SINDIPETRO-RS

Atividades realizadas em Porto Alegre, Canoas e Osório reuniram petroleiros aposentados/as e pensionistas para esclarecer dúvidas, compartilhar informações e fortalecer a organização coletiva. **PÁGINA 3.**



PROPOSTA DA ESCALA 6X1 AVANÇA NO SENADO

A proposta estava travada especialmente pelo lobby de empresários e políticos da direita e somente depois de uma forte articulação do governo sua tramitação foi retomada. **PÁGINA 2**



TECNOLOGIA NÃO PODE SERVIR PARA AMPLIAR A EXPLORAÇÃO E RETIRAR DIREITOS

Debates alertaram para os impactos da gestão por algoritmos, da terceirização e da redução de efetivos

As transformações tecnológicas estão modificando profundamente o mundo do trabalho. Embora possam melhorar processos e reduzir atividades penosas, elas também vêm sendo utilizadas para intensificar o ritmo de produção, vigiar trabalhadores, reduzir empregos e enfraquecer direitos.

Esses desafios estiveram no centro de atividades promovidas pela **Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat)** e pelo **Tribunal Superior do Trabalho (TST)**, com a participação de magistrados, pesquisadores e **representantes sindicais**, entre eles representantes dos petroleiros.

CHEFES INVISÍVEIS — Durante o **IV Congresso de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho**, o sociólogo Ricardo Antunes, professor da Unicamp, alertou para o avanço do chamado “despotismo algorítmico”. Nesse modelo, sistemas digitais assumem funções antes exercidas por chefias: distribuem tarefas, estabelecem metas, avaliam o desempenho e podem influenciar remunerações, promoções e desligamentos. O trabalhador continua subordinado, mas muitas vezes desconhece os critérios utilizados pela empresa.

Nas plataformas digitais, o proble-



ma é ainda mais grave. As empresas exercem controle sobre o trabalho, mas procuram negar o vínculo empregatício e os direitos dele decorrentes. Por isso, é fundamental garantir transparência sobre os algoritmos, supervisão humana das decisões e acesso às informações por trabalhadores, sindicatos e pela Justiça do Trabalho.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Os debates também destacaram que o trabalho remoto, as plataformas e as contratações precárias ampliam o isolamento e dificultam a organização coletiva. Somam-se a isso os impactos da reforma trabalhista e do discurso do falso empreendedorismo, que tenta fazer o trabalhador negar sua condição de empregado e acreditar que não precisa de direitos ou sindicato.

Mas a realidade é bem diferente. Quem depende do próprio trabalho para sobreviver precisa de proteção social,

negociação coletiva e organização sindical. As novas formas de exploração exigem ainda mais unidade e consciência de classe.

REALIDADE DAS REFINARIAS

Os riscos enfrentados pela categoria petroleira foram discutidos durante uma atividade da Enamat que incluiu uma visita à Reduc e uma roda de conversa na sede da FUP. Entre os principais problemas apresentados estão:

- ▶ Redução dos efetivos e sobrecarga das equipes;
- ▶ Exposição a agentes químicos;
- ▶ Cortes nos investimentos em saúde, meio ambiente e segurança;
- ▶ Terceirização e precarização dos contratos;
- ▶ Necessidade de reconhecimento da aposentadoria especial;
- ▶ Defesa do direito de greve.

A visita permitiu aos magistrados conhecerem a complexidade de uma refinaria e compreenderem que a recomposição dos efetivos é indispensável para prevenir acidentes, reduzir a sobrecarga e garantir a segurança operacional. Em uma indústria de alto risco, diminuir equipes, precarizar contratos ou adiar manutenções pode ter consequências gravíssimas ■



● ESCALA 6X1 I

A proposta pelo fim da escala 6x1 teve sua tramitação retomada no Senado. O relatório já foi apresentado pelo senador Omar

Aziz (PSD-AM), favorável à manutenção do texto aprovado pela Câmara e a PEC está pronta para ser apreciada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) no **dia 2 de setembro**. O texto aprovado reduz gradualmente a jornada semanal de 44 para 40 horas, estabelece 2 dias de descanso e mantém a **garantia de que não haverá redução salarial**.

● ESCALA 6X1 II

Apesar do andamento, os parlamentares da direita tentarão empurrar a PEC para depois das eleições, pedindo vista na CCJ. Mas mesmo que algum

senador peça vista após a leitura do relatório, ainda há tempo para aprovação da PEC na CCJ na próxima reunião de **2 de setembro**. Ou seja, **o andamento depende de vontade política, não de questão regimental**. Se a votação ficar para depois das eleições, a aprovação da proposta poderá ficar condicionada ao resultado eleitoral.

● ESCALA 6X1 III

Setores empresariais vêm pressionando contra a redução da jornada, sob o argumento de que a mudança elevaria custos e exigiria adaptação das empresas. Tanto que a oposição prepara um “kit obstrução” para retardar a tramitação, inclusive com propostas alternativas que estabeleçam maior flexibilização e remuneração por hora trabalhada. Ou seja, de um lado uma proposta que obedece à Constituição e à legislação trabalhista, proposta pelo governo Lula, e, de

outro, a negociação individual entre empregado e empregador.

● ESCALA 6X1 IV

Esse cenário reforça a necessidade de que a pressão das ruas aumente. **Esta é uma pauta fundamental para os trabalhadores e precisa ter seu andamento garantido**. O objetivo é mostrar aos senadores que existe uma cobrança social para que a proposta seja votada agora, e não depois das eleições. Uma pesquisa do Datafolha aponta que 71% dos brasileiros são favoráveis ao fim da escala 6x1 sem redução salarial. Neste ano haverá eleição para duas das três vagas do **RS no Senado**. Dos atuais senadores, apenas o senador Paulo Paim (PT) é defensor da proposta. Os outros dois, Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Luís Carlos Heinze (PP-RS), manifestaram-se contrários à proposta.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

➔ ENCONTRO DOS APOSENTADOS

APOSENTADOS E PENSIONISTAS DEBATEM PETROS, PPSP E AMS EM ENCONTROS DO SINDIPETRO-RS



Atividades realizadas em Porto Alegre, Canoas e Osório reuniram petroleiros aposentados/as e pensionistas para esclarecer dúvidas, compartilhar informações e fortalecer a organização coletiva.

O Sindipetro-RS promoveu uma série de encontros com os petroleiros aposentados/as e pensionistas em Porto Alegre (25/8), Canoas (27/8) e Osório (29/8). As atividades foram espaços de informação, diálogo e esclarecimentos sobre temas que afetam diretamente a vida dos participantes, especialmente a Petros, os Planos Petros do Sistema Petrobrás (PPSP) e a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). Os encontros foram abertos à participação de aposentados e pensionistas de todas as cidades.

SITUAÇÃO DO PPSP

Um dos principais temas dos encontros foi o PPSP. Durante as atividades, o diretor do Sindipetro-RS, Fernando Maia, apresentou um histórico das discussões sobre a construção de uma alternativa aos atuais PPSPs, repactuados e não repactuados.

Segundo ele, diante da posição da Petrobrás de não realizar novos aportes nos atuais planos sem uma definição judicial, foi formado um grupo de trabalho com representantes da empresa, da FUP e da FNP. Posteriormente, o debate também passou a envolver entidades de aposentados reunidas no **Fórum em Defesa da Petros**.

O objetivo foi estudar uma alternativa que preservasse garantias fundamentais, como benefício vitalício, reajuste anual, pensão para dependentes e pecúlio. A alternativa deveria preservar proteções características de um plano de Benefício Definido, sem assumir a forma de um plano de Contribuição Definida no qual o benefício termina quan-



do os recursos acumulados acabam.

Maia explicou que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (**Previc**) e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (**Sest**) participaram das discussões apenas como órgãos consultivos. A função dessas instituições foi avaliar a viabilidade regulatória da proposta em construção, sem qualquer compromisso prévio de aprovação.

O dirigente fez questão de desfazer informações equivocadas: **não existe um novo plano apresentado ou aprovado**. Embora uma estrutura tenha sido estudada, nenhuma proposta foi submetida aos participantes porque a Petrobrás ainda não apresentou as condições financeiras para viabilizar uma eventual transação judicial. "Para apresentarmos uma possibilidade aos participantes, precisamos informar quais serão as características do novo plano e quanto a Petrobrás aportará em novos recursos. Até hoje, a empresa não apresentou essa proposta", explicou.

IMPASSE

A intenção das entidades era encaminhar o tema a uma Câmara de Conciliação do Tribunal de Contas da União (TCU), buscando reunir todas as partes para negociar uma solução. No entanto, questionamentos judiciais, mudanças na direção da Petrobrás e alterações no Conselho de Administração acabaram interrompendo o avanço das tratativas.

O Sindicato e a FUP seguem pressionando a empresa para que retome o processo. Maia ressaltou, porém, que dificilmente haverá uma novidade concreta até o final do período eleitoral, especialmente porque qualquer solução exigirá discutir responsabilidades e novos recursos da Petrobrás.

DISPUTAS JUDICIAIS

Outro ponto de preocupação é a grande quantidade de disputas judiciais relacionadas aos PPSPs. Conforme os dados apresentados durante o encontro, aproximadamente **20 mil participantes** estão envolvidos em cerca de **38 mil ações judiciais**. Enquanto **40%** dos participantes estão envolvidos nesses processos, **60%** não possuem ações, mas podem acabar sofrendo os impactos de eventuais condenações sobre o patrimônio coletivo dos planos.

O dirigente reafirmou que nenhuma alternativa será imposta. Caso surja uma proposta concreta, com garantias e recursos definidos, ela deverá ser apresentada de forma transparente para que cada participante possa avaliar e decidir.

O Sindipetro-RS continuará acompanhando o tema e informará a categoria sempre que houver avanços efetivos, por meio de seus canais de comunicação, do Papo Direto, das atividades presenciais e dos grupos de WhatsApp.

Além dos debates sobre Petros, PPSP e AMS, os encontros reforçaram a importância da participação dos aposentados e pensionistas na vida sindical. A defesa da previdência complementar, da saúde e dos direitos conquistados exige informação segura, mobilização e pressão coletiva.

As atividades também foram marcadas pela confraternização. Depois das reuniões, os participantes compartilharam almoços e aproveitaram o momento para reencontrar antigos colegas de trabalho, lembrar histórias e fortalecer vínculos construídos ao longo de muitos anos de convivência e luta na categoria petroleira ■



MOVIMENTO SINDICAL

CUT: 43 ANOS AO LADO DA CLASSE TRABALHADORA

No dia 28 de agosto, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) completou 43 anos de história, marcada pela organização, pela resistência e por importantes conquistas da classe trabalhadora brasileira. A CUT nasceu da mobilização de trabalhadores/as que enfrentaram o autoritarismo, o desemprego, a inflação e o arrocho salarial para construir uma central sindical classista, democrática e organizada a partir das bases.

Ao longo dessas mais de quatro décadas, a CUT tomou-se uma aliada fundamental da categoria petroleira no RS e em todo o país. Ao lado da FUP, dos sindicatos e dos movimentos sociais, a Central participa das lutas pela valorização dos trabalhadores, por condições seguras de trabalho, contra a terceirização e a precarização e pela preservação dos direitos conquistados nos acordos coletivos. Essa unidade também está presente na defesa da Petrobrás como empresa pública, integrada e colocada a serviço do desenvolvimento nacional.

Para a categoria petroleira gaúcha, essa parceria se materializa nas lutas em defesa da Refap, dos empregos, da saúde e da segurança, dos direitos dos trabalhadores próprios e terceirizados e de uma transição energética justa, capaz de garantir trabalho digno e soberania para o país.

UM POUCO DA HISTÓRIA DA CUT - A criação da CUT foi resultado de um amplo processo de reorganização do movimento sindical. Em 1981, a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora reuniu, na Praia Grande, em São Paulo, mais de cinco mil trabalhadores de todo o Brasil. Participaram 5.059 delegados, representando 912 sindicatos, federações e associações. Desse encontro surgiu a Comissão Nacional Pró-CUT. Dois anos depois (1983) mais de cinco mil representantes voltaram a se reunir no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em São Bernardo do Campo (SP), quando foi aprovada a fundação da Central Única dos Trabalhadores.

A CUT foi a primeira central sindical intersindical e intercategoriaal criada no Brasil após o golpe militar de 1964. Sua fundação desafiou as restrições impostas pela legislação da época e afirmou a autonomia dos trabalhadores para construir sua própria organização.

A agenda aprovada na fundação da CUT incluía o combate ao desemprego, a reposição dos salários, a reforma agrária, a liberdade sindical, o fim da Lei de Segurança Nacional e o fim da ditadura militar. A defesa dos direitos sempre esteve, portanto, ligada à luta pela democracia. Atualmente, a CUT reúne 3.960 entidades filiadas, conta com 7,9 milhões de associados e associadas e representa uma base de aproximadamente 25,8 milhões de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, dos setores público e privado, ativos e aposentados.

O presidente Lula — à época, sindicalista dos metalúrgicos — teve participação central no processo político e sindical que levou à criação da CUT. Como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Lula liderou as grandes greves do ABC paulista. Essas mobilizações desafiaram a ditadura militar, o arrocho salarial e a estrutura sindical controlada pelo Estado, impulsionando o chamado “novo sindicalismo”. Lula também participou da articulação entre sindicatos urbanos, trabalhadores rurais, servidores públicos e oposições sindicais que defendiam uma central autônoma, democrática e organizada pela base. Esse movimento passou pela 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1981, e culminou no congresso realizado em São Bernardo do Campo, no qual a CUT foi fundada coletivamente por milhares de trabalhadores, dirigentes e entidades sindicais de todo o Brasil ■



NOTAS

● **MORTE DE TRABALHADOR** - No dia 26 de agosto, o trabalhador de uma empresa terceirizada, Luiz Fernando Silva Tavares, de 38 anos, foi encontrado morto a bordo da Unidade de Manutenção e Segurança (UMS) Praia da Tartaruga, que presta apoio à plataforma P-76, no Campo de Búzios. De acordo com as informações preliminares, o trabalhador, que prestava serviço como segurança patrimonial, não se apresentou no horário previsto para o início da jornada. Ao perceber sua ausência, um colega foi até o camarote e o encontrou sem vida. De acordo com a Petrobrás, as causas da morte estão sob análise médica. Os sindicatos Sindipetro-NF e Sindipetro-RJ estão cobrando uma investigação sobre o caso e manterão o acompanhamento dos laudos periciais até a conclusão dos relatórios oficiais.

● IMPORTÂNCIA DOS SINDICATOS -

Uma pesquisa recente realizada junto aos comerciários de SC apontou a importância dos sindicatos para os trabalhadores. O estudo corrobora outra pesquisa feita pelo Vox Populi, em 2025, revelando que 68% consideram as entidades importantes ou muito importantes para melhorar as condições de trabalho; 52% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a atuação sindical; 67,8% relacionam o trabalho dos sindicatos à melhoria da qualidade de vida; 67,1% reconhecem sua contribuição para melhores salários e condições de trabalho; 64,3% destacam seu papel na defesa dos direitos da classe trabalhadora. As pesquisas confirmam a percepção dos trabalhadores de que, diante da precarização e da retirada de direitos, a organização sindical continua essencial. Na pesquisa entre os comerciários, um dado chamou a atenção: um número alto de trabalhadores pesquisados são demitidos e recontratados no mesmo ano. Isso mostra alta rotatividade, o que gera insegurança, dificulta os vínculos coletivos e aumenta o medo de retaliações por aproximação com o sindicato. Mesmo assim, os trabalhadores, sindicalizados ou não, continuam reconhecendo as entidades como representantes legítimas na defesa de direitos, na orientação sobre a legislação e na negociação com as empresas.

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ATENDIMENTO DA ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - Dr. Lúcio Costa e Dra. Graciele Santiago Gonçalves - plantão na sede de Porto Alegre às quartas-feiras, das 14h às 16h e na Delegacia de Canoas às sextas-feiras, das 10h às 12h. Agendamento pelo telefone (51) 99630-6203

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - Dr. Abrão Blumberg e Caroline Anversa - Agendamento pelo WhatsApp (51) 99292.1642.

ASSISTENTE SOCIAL - Jaqueline da Costa - O atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria (51) 99894.3814.